

EXAME DE ORDEM 01/2007

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO TARDE

PEÇA PROCESSUAL

Área de Opção: Direito Penal e Processual Penal

Instruções

1. Verifique se este caderno contém a **proposta de uma peça processual** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda à questão com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **3h30min**.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

PROPOSTA DE PEÇA PROCESSUAL

Joanito da Silva, proprietário da empresa CD Ltda., localizada em Porto Alegre-RS, foi denunciado pelo Ministério Público como incurso no art. 12, *caput*, da Lei nº 10.826/2003, porque, em 02.03.2007, por volta das 15h, policiais civis, ao cumprirem um mandado de busca e apreensão, encontraram, no escritório da empresa, um revólver calibre 38 de posse do denunciado.

Após verificarem a inexistência do registro da arma, os policiais deram voz de prisão a Joanito, que foi conduzido até a 25ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, onde lavrou-se o auto de prisão em flagrante.

O flagrante foi homologado pelo Juiz já que preenchidas as formalidades legais, determinando-se que fossem os autos encaminhados com vista ao Ministério Público, que ofereceu a denúncia contra o acusado.

A denúncia foi recebida em 08.03.2007 pelo Juiz da 12ª Vara Criminal de Porto Alegre, tendo sido o interrogatório aprazado para 30.03.2007. O réu foi devidamente citado e recebeu cópia da denúncia.

Ao ser interrogado, Joanito, acompanhado por seu advogado, admitiu a autoria do fato, esclarecendo que permitira a entrada dos policiais em seu estabelecimento comercial e que, ao ser questionado sobre a arma, referira que ela estava em uma gaveta em seu escritório. Informou que possuía a arma única e exclusivamente para proteção de sua empresa uma vez que esta já fora roubada por duas vezes, tendo, inclusive, apresentado os boletins de ocorrência referentes aos roubos – um de dezembro de 2006 e outro de janeiro de 2007 –, os quais foram desprezados pela autoridade policial. Afirmou, por fim, que diversos funcionários da empresa presenciaram todo o ocorrido.

Ainda na audiência de interrogatório, foi concedida pelo Juiz, após requerimento defensivo e ouvido o Ministério Público, a liberdade provisória do réu. Além disso, foram intimadas as partes para a audiência de inquirição de testemunhas de acusação, a ser realizada em 10.04.2007.

Na data aprazada, antes da oitiva da primeira testemunha, a defesa insurgiu-se quanto à realização do ato, porque não teria sido intimada para o oferecimento das alegações preliminares de acordo com o art. 395 do CPP, o que foi indeferido pelo Magistrado, por se tratar de peça dispensável ao processo.

Realizou-se, assim, audiência com as testemunhas de acusação, todas policiais civis que atuaram na prisão em flagrante do réu – Carlos dos Santos (fls. 34-35), Marcos Ribeiro (fls. 37-38) e Luís Soares (fls. 40-41), os quais confirmaram integralmente a versão do réu.

No prazo previsto pelo art. 499 do CPP, o Ministério Público requereu a atualização dos antecedentes criminais de Joanito, tendo sido juntada certidão negativa (fl. 60). A defesa, por sua vez, requereu a juntada dos seguintes documentos: comprovante de residência, cópia do contrato social da empresa e diversas declarações abonatórias.

Foi então aberto o prazo previsto no art. 500 do CPP para o Ministério Público, que requereu a condenação do acusado pelo delito descrito na denúncia, com base nos depoimentos das testemunhas de acusação e nas declarações do próprio réu. Ressaltou, ainda, o Ministério Público que a materialidade estaria comprovada pelo auto de apreensão da arma (fl. 10) e pelo laudo pericial (fl. 14) em que os peritos Joaquim Nabuco e Marcos Ribeiro (policiais civis lotados na 25ª DP/POA) afirmaram a funcionabilidade da referida arma.

Formule a peça defensiva cabível, à exceção de *habeas corpus*, indicando a data final para sua juntada. Considere que a intimação foi realizada em 30.04.2007, véspera de feriado nacional. Assine-a com o pseudônimo de Manuel Bandeira, OAB/RS 0001.